

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Termo de Referência 209/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
209/2026	986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP	MONICA LETICIA LISBOA NASCIMENTO	28/05/2026 12:52 (v 0.9)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		Proc. Adm 1187/2026

1. Definição do objeto

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais de higiene destinados à Secretaria de Educação de Jaguariúna.

LOTE 1 – HIGIENE			
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIPTIVO
1	1.500	UN	ESCOVA DE DENTE MACIA INFANTIL COM PROTETOR DE CERDAS – Modelo Infantil; de nylon macia, cerdas arredondadas uniformes na mesma altura, aproximadamente com 25 tufo de cerdas; Cerdas homogêneas; Modelo comum; Funcionamento manual. Comprimento aproximado de 150 mm, Largura de cabeça normal, cabo anatômico, embalagem individual, acondicionada em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto, atendendo a legislação vigente. As especificações devem atender crianças na faixa etária de 02 a 06 anos.
2	80	CX com 100 unidades.	LUVAS DESCARTÁVEIS PARA PROCEDIMENTO – Não cirúrgica; fabrica em látex 100% borracha natural; Tipo não estéril; Ambidestra; resistente; com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL; Impermeável a água e outros flídos; Superfície lisa; Punho com bainha. Produto de uso único. Pó Bio absorvível atóxico. Material utilizado para proteção em procedimentos não invasivos. Material descartável. Contendo registro na ANVISA e exigências da RDC nº 05-CA e lote impressos no punho e Data de fabricação. Caixa com 100 unidades. TAMANHO P.

3	4.500	CX com 100 unidades.	LUVAS DESCARTÁVEIS PARA PROCEDIMENTO – Não cirúrgica; fabrica em látex 100% borracha natural; Tipo não estéril; Ambidestra; resistente; com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL; Impermeável a água e outros flúidos; Superfície lisa; Punho com bainha. Produto de uso único. Pó Bio absorvível atóxico. Material utilizado para proteção em procedimentos não invasivos. Material descartável. Contendo registro na ANVISA e exigências da RDC nº 05-CA e lote impressos no punho e Data de fabricação. Caixa com 100 unidades. TAMANHO M.
4	4.080	CX com 100 unidades	LUVAS DESCARTÁVEIS PARA PROCEDIMENTO – Não cirúrgica; fabrica em látex 100% borracha natural; Tipo não estéril; Ambidestra; resistente; com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL; Impermeável a água e outros flúidos; Superfície lisa; Punho com bainha. Produto de uso único. Pó Bio absorvível atóxico. Material utilizado para proteção em procedimentos não invasivos. Material descartável. Contendo registro na ANVISA e exigências da RDC nº 05-CA e lote impressos no punho e Data de fabricação. Caixa com 100 unidades. TAMANHO G.
5	1.000	UN	POMADA PREVENTIVA DE ASSADURAS – Infantil – tubo flexível de 45g. Indicado para todos os tipos de peles, dermatologicamente testado, indicado para o dia a dia. Sugestão de composição: Colecalciferol, Vitamina D3, Óxido de Zinco, Palminato de Retinol Vitamina A. Aprovado pela ANVISA.
6	3.800	Galão	SABONETE LÍQUIDO – Infantil, para crianças e bebês, locão cremosa, para corpo, uso pediátrico. Fórmula com produtos emolientes, hidratantes e umectantes. PH neutro, concentrado, perolado, odor agradável, sem solventes, biodegradável, sem corantes. RÓTULO: Deve conter no rótulo da embalagem as seguintes informações: Nome da mercadoria, indicação da utilização do produto, modo de usar, a composição do material, as precauções da utilização, dados cadastrais do fabricante com nome/endereço/telefones de contato, nome do responsável técnico com o nº do CRF, nº de registro da ANVISA, indústria brasileira, lote, data de fabricação e validade, produto válido por 24 meses da data de fabricação, quantidade de conteúdo da embalagem, telefone do SAC. SUGESTÃO DE COMPOSIÇÃO: cocoamidopropilbetaina; ácido cítrico; polissorbato 80; essência; poliquatérnio – 10 diesterato de polietileno glicol – 150; metilisotiazolinona; metilcloroisotiazolinona; quatérnio 15 e água destilada. EMBALAGEM: Frasco, Plástico resistente, Galão de 5 litros.
7	800	UN	CREME DENTAL INFANTIL: com flúor ativo (fluoreto de sódio). SUGESTÃO DE COMPOSIÇÃO: Sorbitol, Aqua, HydratedSilica, SodiumLauryl, Sulfate, PEG-12 CelluloseGum, Aroma, SodiumFluoride, SodiumSaccharin C1 16035. Tipo de Embalagem: Bisnaga de 50g.
8	800	UN	SHAMPOO INFANTIL: Para todo tipo de cabelo. Produto dermatologicamente e oftalmologicamente testado e 27 aprovado que não irrita os olhos nem a pele, com fragrâncias. Frasco com 300ML.

9	600	UN	CONDICIONADOR: Uso infantil, tipo neutro, aplicação para todos os cabelos, fragrância suave, embalagem contendo no mínimo 500ml, marca do fabricante, data de validade. Testado dermatologicamente; Atendendo aos padrões da ANVISA
---	-----	----	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de prestação indispensável ao funcionamento regular da rede municipal de ensino, assegurando a reposição de aquisição adequada de itens básicos necessários para funcionamento das unidades escolares, considerando manter o ambiente salubre e seguro à todos que frequentam, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar que instrui o presente processo.

Prazo de vigência

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

A contratação se dará através das dotações de nºs 02.09.01.12.365.2015.2036.3.3.90.30.00 e 02.09.02.12.365.2016.2037.3.3.90.30.00 referente às fichas nºs 274 e 292, fonte de recurso 1 -Tesouro, que possui saldo suficiente para aquisição dos serviços aqui descritos (e que também estão alinhados ao planejamento previamente feito pela Secretaria de Educação conforme DFD nº 118 do PCA 2026).

3. Descrição da solução

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

OBRIGAÇÕES:

A contratada deverá realizar a entrega conforme quantidade solicitada através do envio realizado pela Secretaria de Educação da Autorização de Fornecimento;

A contratada será responsável por todas as providências e obrigações previstas na legislação vigente, especialmente quanto à qualidade, conformidade e especificação técnica dos materiais fornecidos;

O transporte será de responsabilidade exclusiva da contratada, até o local indicado pela Secretaria de Educação, incluindo descarregamento e a alocação no local de uso, quando necessário, sem adicionais de custos ao Setor Público;

Os valores apresentados na proposta deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos, incluindo encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, operacionais, comerciais e demais despesas incidentes sobre o fornecimento;

Poderão ser solicitados CATÁLOGOS, FOLDERS, ENCARTES ou FOLHETOS TÉCNICOS do fabricante dos bens ofertados com as características dos materiais, caso o setor técnico considere que as informações prestadas não sejam suficientes, para análise e apreciação técnica, mediante verificação da compatibilidade com as especificações do Termo de Referência.

Vigência: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021;

Pagamento: O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias corridos, contados da liquidação da despesa, conforme o Decreto Municipal nº 4.962/2026.

A Nota fiscal deverá ser enviada para o e-mail adm.seduc@jaguariuna.sp.gov.br, após a entrega dos itens;

Qualidade e Conformidade: Os materiais/produtos devem atender a padrões de qualidade estabelecidos, garantindo durabilidade, conforto, segurança e bem-estar das crianças e/ou usuários dos produtos;

Eficiência Econômica: Oferecer a melhor relação custo-benefício, considerando não apenas o preço de aquisição dos produtos, bem como, a durabilidade e qualidade dos mesmos;

Logística e Distribuição: Capacidade de cumprir os prazos de entrega e de garantir a distribuição eficiente dos materiais sem custos extras aos cofres do município.

A definição desses requisitos visa assegurar a seleção de uma solução que atenda de maneira integral às necessidades da comunidade escolar, promovendo inclusão, segurança e sustentabilidade, sem comprometer a competitividade do processo licitatório.

Prazo de entrega: 15 (quinze) dias corridos, contados à partir do envio da Autorização de Fornecimento.

Todos os materiais, suprimentos e acessórios fornecidos devem ser novos, de primeira qualidade e constar da linha de produção atual dos fabricantes.

Subcontratação

É vedada a subcontratação ou repasse de execução do objeto a terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento integral dos bens licitados;

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

O prazo para entrega será de: A partir do recebimento da ordem de fornecimento juntamente com o empenho, a detentora do Preço Registrado deverá entregar o item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3(três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

O endereço para entrega dos itens será:

ALMOXARIFADO CENTRAL SUPRIMENTOS

Rua: JOSÉ FRAZATO, nº 580

Bairro: LOTEAMENTO SANTO ANTONIO CEP: 13912-690

6. Modelo de gestão do contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º)

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

Não produziu os resultados acordados,

Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

Recebimento

A entrega realizada, atentando-se ao disposto no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, a Detentora do Preço Registrado encaminhará as Notas Fiscais Eletrônica (NF-e) ao seguinte endereço eletrônico: adm.seduc@jaguariuna.sp.gov.br, as quais serão visitadas e conferidas pelos fiscais do contrato, bem como, pelos correspondentes da Secretaria.

Devem ser indicados na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): a descrição do objeto fornecido e sua quantidade; o número do pregão eletrônico; do contrato; da agência e conta bancária em que o pagamento deve ser realizado. A conta bancária fornecida deverá estar no mesmo CNPJ da LICITANTE VENCEDORA. Não será aceita a indicação de conta poupança.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da liquidação da despesa, conforme Decreto Municipal nº 4.962/2026.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao trat

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

Não produziu os resultados acordados,

Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

Recebimento

A entrega realizada, atentando-se ao disposto no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, a Detentora do Preço Registrado encaminhará as Notas Fiscais Eletrônica (NF-e) ao seguinte endereço eletrônico: adm.seduc@jaguariuna.sp.gov.br, as quais serão visitadas e conferidas pelos fiscais do contrato, bem como, pelos correspondentes da Secretaria.

Devem ser indicados na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): a descrição do objeto fornecido e sua quantidade; o número do pregão eletrônico; do contrato; da agência e conta bancária em que o pagamento deve ser realizado. A conta bancária fornecida deverá estar no mesmo CNPJ da LICITANTE VENCEDORA. Não será aceita a indicação de conta poupança.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da liquidação da despesa, conforme Decreto Municipal 4.962/2026.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar aumento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme art. 92, V, da Lei 14.133/2021; 8.2.

Após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

Habilitação Jurídica:

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 426.630,00

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 426.630,00 (quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e trinta reais)**, conforme custos unitários abaixo:

LOTE 1 – HIGIENE					
ITEM	QNT	UNIDADE	DESCRIPTIVO	VALOR UN	VALOR TOTAL
1	1.500	UN	ESCOVA DE DENTE MACIA INFANTIL COM PROTETOR DE CERDAS	R\$ 3,29	R\$ 4.935,00
2	80	CX com 100 unidades.	LUVAS DESCARTÁVEIS PARA PROCEDIMENTO – TAMANHO P.	R\$ 29,95	R\$ 2.396,00
3	4.500	CX com 100 unidades.	LUVAS DESCARTÁVEIS PARA PROCEDIMENTO – TAMANHO M.	R\$ 30,29	R\$ 136.305,00

4	4.080	CX com 100 unidades	LUVAS DESCARTÁVEIS PARA PROCEDIMENTO – TAMANHO G.	R\$ 31,90	R\$ 130.152,00
5	1.000	UN	POMADA PREVENTIVA DE ASSADURAS	R\$ 6,09	R\$ 6.090,00
6	3.800	Galão	SABONETE LÍQUIDO	R\$ 32,11	R\$ 122.018,00
7	800	UN	CREME DENTAL INFANTIL	R\$ 6,50	R\$ 5.200,00
8	800	UN	SHAMPOO INFANTIL	R\$ 13,25	R\$ 10.600,00
9	600	UN	CONDICIONADOR	R\$ 14,89	R\$ 8.934,00

10. Adequação orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão nas fichas de dotação abaixo.

ficha: 274 - 02.09.01.12.365.2015.2036.3.3.90.30.00

ficha: 292 - 02.09.02.12.365.2016.2037.3.3.90.30.00

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE EMYGDIO DE OLIVEIRA NETO
 Membro comissão de planejamento

EDUARDO RAMOS MEIRA

Membro da comissão de planejamento

NICOLAS MENEGON VOLPATO

Membro da comissão de planejamento